

Demonstrações Contábeis

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOs

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

A photograph of an accountant in a striped shirt working at a desk. The accountant is holding a clipboard with a document and pointing at it. On the desk, there is a white calculator, a tablet displaying financial charts, and various papers. The background shows a window with greenery outside. The image is framed by blue and teal abstract shapes.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Balanço patrimonial consolidado
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Disponível		613	554
Realizável		969.952	939.113
Gestão previdencial	7	111.655	126.032
Gestão administrativa	8	923	731
Investimentos	9	857.374	812.350
Ações		8.584	9.410
Fundos de investimento		777.993	731.845
Investimentos imobiliários		51.498	53.267
Empréstimos a participantes		19.299	17.828
Permanente		383	438
Imobilizado	10	250	246
Intangível		133	192
Gestão assistencial	11	258	273
Total do ativo		971.206	940.379
Passivo			
Exigível operacional	12	2.523	2.134
Gestão previdencial		1.326	1.441
Gestão administrativa		733	510
Investimentos		464	183
Exigível contingencial	13	3.474	3.842
Gestão previdencial			
Patrimônio social		964.951	934.129
Patrimônio de cobertura do plano	14	934.683	906.559
Provisões matemáticas		1.010.766	981.051
Benefícios concedidos		820.799	805.755
Benefícios a conceder		189.967	175.296
Equilíbrio técnico		(76.083)	(74.493)
(-) Déficit técnico acumulado		(76.083)	(74.493)
Fundos	15	30.268	27.571
Fundos previdenciais		9.895	9.362
Fundos administrativos		9.725	9.207
Fundos dos investimentos		10.648	9.001
Gestão assistencial		258	273
Total do passivo		971.206	940.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Patrimônio social - início do exercício	934.129	869.119	7
Adições	148.862	181.313	(18)
Contribuições previdenciais	62.460	70.610	(12)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	77.703	102.240	(24)
Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	372	-	100
Receitas administrativas	5.898	5.803	2
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	782	1.030	(24)
Constituição de fundos de investimentos	1.647	1.630	1
Destinações	(118.040)	(116.303)	1
Benefícios	(111.878)	(109.692)	2
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-	(815)	(100)
Despesas administrativas	(6.162)	(5.796)	6
Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social	30.822	65.010	(53)
Provisões matemáticas	29.714	82.995	(64)
Déficit técnico do exercício	(1.590)	(22.166)	(93)
Fundos previdenciais	533	1.514	(65)
Fundos administrativos	518	1.037	(50)
Fundos dos investimentos	1.647	1.630	1
Patrimônio social - final do exercício	964.951	934.129	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	9.207	8.170	13
Custeio da gestão administrativa	6.680	6.832	(2)
Receitas	6.680	6.832	(2)
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.903	3.951	(1)
Custeio administrativo dos investimentos	1.833	1.695	8
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	162	156	4
Resultado positivo dos investimentos	782	1.030	(24)
Despesas administrativas	(6.162)	(5.795)	6
Administração previdencial	(3.117)	(3.024)	3
Pessoal e encargos	(1.465)	(1.327)	10
Treinamentos/congressos e seminários	(148)	(122)	21
Viagens e estadias	(28)	(38)	(26)
Serviços de terceiros	(661)	(729)	(9)
Despesas gerais	(552)	(570)	(3)
Depreciações e amortizações	(63)	(30)	110
Tributos	(200)	(208)	(4)
Administração dos investimentos	(3.045)	(2.771)	10
Pessoal e encargos	(1.415)	(1.208)	17
Treinamentos/congressos e seminários	(146)	(122)	20
Viagens e estadias	(31)	(30)	3
Serviços de terceiros	(568)	(586)	(3)
Despesas gerais	(623)	(598)	4
Depreciações e amortizações	(64)	(28)	129
Tributos	(198)	(199)	(1)
Sobra da gestão administrativa	518	1.037	(50)
Constituição do fundo administrativo	518	1.037	(50)
Fundo administrativo do exercício atual	9.725	9.207	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração dos ativos líquidos por plano de benefícios - benefício definido
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Varição (%)
Ativos	794.632	788.331	1
Disponível	268	282	(5)
Recebível	113.049	127.970	(12)
Investimento	681.315	660.078	3
Ações	8.584	9.410	(9)
Fundos de investimento	607.609	583.715	4
Investimentos imobiliários	51.498	53.267	(3)
Empréstimos	13.624	13.686	-
Obrigações	4.861	5.239	(7)
Operacional	1.387	1.397	(1)
Contingencial	3.474	3.842	(10)
Fundos não previdenciais	11.355	10.215	11
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	8.336	7.196	16
Ativo líquido	778.416	772.877	1
Provisões matemáticas	854.499	847.370	1
Déficit técnico	(76.083)	(74.493)	2
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	(76.083)	(74.493)	2
Ajuste de precificação	76.182	75.749	1
Equilíbrio técnico ajustado	99	1.256	(92)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício - benefício definido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	772.877	733.169	5
Adições	103.067	132.108	(22)
Contribuições	44.804	48.415	(7)
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	57.891	83.693	(31)
Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	372	-	100
Destinações	(95.528)	(92.400)	6
Benefícios	(95.563)	(89.595)	7
Constituição de contingências - gestão previdencial	-	(816)	(100)
Custeio administrativo	(1.965)	(1.989)	(1)
Acréscimo no ativo líquido	5.539	39.708	(86)
Provisões matemáticas	7.129	61.874	(88)
Déficit técnico do exercício	(1.590)	(22.166)	(93)
Ativo líquido - final do exercício	778.416	772.877	1
Fundos não previdenciais	1.140	1.231	(7)
Fundos administrativos	-	-	-
Fundos dos investimentos	1.140	1.231	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração dos ativos líquidos por plano de benefícios - contribuição definida
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativos	175.582	151.264	16
Disponível	151	151	-
Recebível	8.330	7.269	15
Investimento	167.101	143.845	16
Fundos de investimento	161.426	139.703	16
Empréstimos	5.675	4.142	37
Obrigações	403	227	78
Operacional	403	227	78
Fundos não previdenciais	9.017	7.993	13
Fundos administrativos	6.705	6.188	8
Fundos dos investimentos	2.312	1.805	28
Ativo líquido	166.162	143.044	16
Provisões matemáticas	156.267	133.682	17
Fundos previdenciais	9.895	9.362	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício - contribuição definida
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	143.044	120.409	19
Adições	41.370	44.694	(7)
Contribuições	21.558	26.147	(18)
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	19.812	18.547	7
Destinações	(18.252)	(22.059)	(17)
Benefícios	(16.314)	(20.096)	(19)
Custeio administrativo	(1.938)	(1.963)	(1)
Acréscimo no ativo líquido	23.118	22.635	2
Provisões matemáticas	22.585	21.121	7
Fundos previdenciais	533	1.514	(65)
Ativo líquido - final do exercício	166.162	143.044	16
Fundos não previdenciais	1.024	1.436	(29)
Fundos administrativos	517	1.037	(50)
Fundos dos investimentos	507	399	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - benefício definido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Provisões técnicas	791.613	785.312	1
Provisões matemáticas	854.499	847.370	1
Benefícios concedidos	791.777	780.169	1
Benefício definido	791.777	780.169	1
Benefício a conceder	62.722	67.201	(7)
Benefício definido	62.722	67.201	(7)
Equilíbrio técnico	(76.083)	(74.493)	2
Resultados realizados	(76.083)	(74.493)	2
(-) Déficit técnico acumulado	(76.083)	(74.493)	2
Fundos	8.336	7.196	16
Fundos dos investimentos	8.336	7.196	16
Exigível operacional	1.387	1.397	(1)
Gestão previdencial	929	1.216	(24)
Gestão dos investimentos	458	180	154
Exigível contingencial	3.474	3.842	(10)
Gestão previdencial	3.474	3.842	(10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - contribuição definida
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
Provisões técnicas	176.422	143.271	23
Provisões matemáticas	156.267	133.682	17
Benefícios concedidos	29.022	25.586	13
Contribuição definida	29.022	25.586	13
Benefício a conceder	127.245	108.096	18
Contribuição definida	127.245	108.096	18
Saldo de contas - parcela patrocinadores	66.975	57.993	15
Saldo de contas - parcela participantes	60.270	50.103	20
Fundos	19.752	11.167	77
Fundos previdenciais	9.895	9.362	6
Outros - previsto em nota técnica atuarial	9.895	9.362	6
Fundos dos investimentos	9.857	1.805	446
Exigível operacional	403	227	78
Gestão previdencial	397	224	77
Gestão dos investimentos	6	3	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS ("CELPOS" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Soledade, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de pensão por morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os regulamentos dos seus planos de benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS. Nos exercícios de 2017 e 2016, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribuiu com igual valor, para o Plano BD. Para o Plano CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribuiu com o custeio administrativo e o fundo de risco;

- Das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 6,39% até 76,15% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 12,00% para ativos e autopatrocinados e de 13,03% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e
- Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A Entidade aplica seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possuía um total de 5.695 (5.240 em 2016) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Benefício definido	265	321	2.295	2.304	958	905	3.518	3.530
Contribuição definida	2.095	1.632	77	73	5	5	2.177	1.710
	2.360	1.953	2.372	2.377	963	910	5.695	5.240

No Demonstrativo Atuarial - DA, a quantidade de participantes refere-se a outubro de 2017, mês base para avaliação atuarial.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas Demonstrações contábeis em 26 de março de 2018.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fecha-

das de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e alterações e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

Gestão previdencial - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão administrativa - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

Gestão assistencial - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Fluxo dos investimentos - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas Demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (Nota 14), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (Nota 13), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações contábeis.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Entidade. Não obstante,

a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. Base de mensuração

As Demonstrações contábeis consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas Demonstrações contábeis.

6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência, exceto as adições da gestão previdencial oriundas das contribuições dos participantes autopatrocinados do plano CD, as quais são escrituradas pelo regime de caixa.

b) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo e independente. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

i) *Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser

adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii) *Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos*

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

iii) *Provisão para contingências*

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no ativo realizável.

iv) *Provisões matemáticas*

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário externo independente contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

- Benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
- Benefícios a conceder: registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

d) Ativo realizável - fluxo dos investimentos

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento contábil das rendas e deduções são os seguintes:

i) *Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado*

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós – fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (*pro rata*) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das Demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

ii) *Ações e fundos de investimentos de ações*

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das Demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

iii) *Investimentos imobiliários*

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao

ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

e) Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

Empréstimos de ordem pessoal

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 5,00% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 60 meses, podendo ser concedidos para os ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

f) Imobilizado e Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e licença de uso. No intangível estão registrados os gastos com implantação do sistema corporativo.

g) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº8 de 31 de outubro de 2011 e suas alterações e Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimentos;

Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

Rateio das despesas administrativas por gestão	2017	2016
Previdencial	49,56%	51,82%
Investimentos	50,44%	48,18%

Rateio das despesas administrativas por custeio	2017	2016
Custeio BD	67,37%	71,85%
Custeio CD	32,63%	28,15%

Fluxo positivo dos investimentos do PGA: utilização da proporção patrimonial como critério de rateio.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

Imposto de renda e PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053 que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, em que o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

O PIS e a COFINS são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

7. Realizável da gestão previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está composta conforme discriminado a seguir:

	2017	2016
Contribuições do mês - patrocinador	3.404	2.977
Contribuições do mês - participantes	1.169	724
Contribuições contratadas - patrocinador (a)	106.407	121.773
Outros recursos a receber	105	26
Adiantamentos	38	11
Custeio administrativo antecipado	13	12
Depósitos judiciais/recursais	387	380
Outros realizáveis	132	128
	111.655	126.032

- (a) Refere-se a contrato de dívida sobre a descobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios Definidos - BD, celebrado em 19 de setembro de 2001 com a patrocinadora CELPE, com prazos renegociados em 13 de junho de 2003 no valor original de R\$62.357. A atualização desse contrato é realizada mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano. A amortização do contrato teve início a partir de 26 de janeiro de 2008 em 192 parcelas mensais, sendo o vencimento da última parcela previsto para 26 de dezembro de 2023. A garantia da dívida encontra-se prevista na cláusula 8 do instrumento contratual, autorizando a instituição financeira interveniente a transferir os recursos disponíveis nas contas bancárias da Patrocinadora em favor da Entidade, em havendo qualquer atraso no pagamento.

Comparativo do saldo de valores contratados:

	2017	2016
Movimentação:		
Saldo no início do exercício	121.773	129.594
Parcela paga no exercício	(24.313)	(24.505)
Atualização	8.947	16.684
Saldo no final do exercício	106.407	121.773

8. Realizável da gestão administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	2017	2016
Contribuições para custeio - patrocinador	391	288
Contribuições para custeio - participantes	96	103
Responsabilidade de empregados	41	34
Responsabilidade de terceiros	48	32
Outros recursos a receber	271	192
Despesas antecipadas	13	14
Outros realizáveis - impostos a recuperar	49	54
Outros realizáveis - valores a receber transferidos	14	13
	923	731

9. Realizável dos investimentos (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados a seguir:

	2017	2016
Títulos para negociação		
Ações		
Outros emissores		
Shopping Center Tacaruna S.A.	8.584	9.410
Total de ações	8.584	9.410
Fundos de investimento		
Renda fixa		
ALM BD FI RF	11.545	37.753
BB Institucional Federal	3.629	8.427
BNP Paribas Match DI	5.328	-
Sparta TOP FIC FIRF CP	48.689	-
Ações		
Ennesa FIA	9.347	9.432
Itaú FOF RPI Ações	7.485	8.150
Sul América Expertise FIA	448	3.524
Sul América Expertise II FIA	3.262	2.499
Vinci Selection Equities FIA	5.880	4.017
Multimercado		
Noronha CD FIM	74.669	78.328
Olinda Celpos BD FIM	1.958	2.989
Gravatá Celpos CD FIM	58.597	46.458
BB Mult. Global Select IE (JP Morgan)	1.695	-
PIMCO Income FIM IE	2.104	-
Participações		
Brasil Energia Renovável - FIP	1.967	1.612
	2017	2016
Imobiliário		
Panamby	3.524	3.609
Geo Guararapes	230	217
Total de fundos de investimentos para negociação	240.357	207.015
Total de títulos para negociação	248.941	216.425
Títulos mantidos até o vencimento		
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
ALM BD FI RF	523.915	511.959
Multimercado		
Olinda Celpos CD FIM	13.721	12.871
Total de títulos mantidos até o vencimento	537.636	524.830
Total de fundos de investimentos	786.577	731.845
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas	50.172	53.215
Outros investimentos imobiliários	1.326	52
Total de investimentos imobiliários	51.498	53.267
Operações com participantes - Empréstimos	19.299	17.828
Total dos investimentos	857.374	812.350

Em atendimento ao artigo 8º, da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 a composição dos títulos está assim demonstrada:

a) Títulos para negociação

Em 31 de dezembro de 2017	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
ALM BD FIRF							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	20	200	260	260	-	-	2020
Operações Compromissadas LTN-O	11.390	10.997	10.999	10.999	-	-	2018
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	301	301	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber			(15)	(15)	-	-	
Subtotal		11.397	11.545	11.545	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Operações Compromissadas LTN-O	64	61	61	61	-	-	2018
Títulos Privados							
Debêntures	20.391	1	219	219	-	-	2020
Cotas de Fundos de Investimentos	953.709,28	-	1.678	1.678	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	-	-	-	-	
Subtotal		62	1.958	1.958	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	856	5.992	7.946	-	7.946	-	2020 a 2021
Operações Compromissadas LTN-O	10.261	9.727	9.729	-	9.729	-	2018
Títulos Privados							
Debêntures	2.456	4.326	4.697	-	4.697	-	2019 a 2022
Letras Financeiras	2	300	301	-	301	-	2020
Letras Financeiras Subordinadas	23	6.967	11.009	-	11.009	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.415.346,01	-	24.927	-	24.927	-	
Derivativos		-	(16)	-	(16)	-	
Contas a Pagar/Receber		-	4	-	4	-	
Subtotal		27.312	58.597	-	58.597	-	
Noronha CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	3.248	28.143	30.151	-	30.151	-	2018 a 2023
Tesouro IPCA com juros semestrais	9.003	27.121	29.021	-	29.021	-	2018 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	541	5.011	5.013	-	5.013	-	2020
Títulos Privados							
Debêntures	35.849	5.094	6.565	-	6.565	-	2018 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	564	-	564	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.886.350	-	3.294	-	3.294	-	
Derivativos		-	50	-	50	-	
Contas a Pagar/Receber		-	11	-	11	-	
Subtotal		65.669	74.669	-	74.669	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Mult. Global Select IE (JP Morgan)		1.519	1.695	-	1.695	-	
BB Institucional Federal		2.701	3.629	-	-	3.629	
BNP Paribas Match DI		5.151	5.328	-	-	5.328	
Ennesa FIA		2.017	9.347	9.347	-	-	
Itaú RPI Ações		6.413	7.485	-	7.485	-	
PIMCO Income FIM IE		2.080	2.104	-	2.104	-	
Sparta TOP FIC FIRF CP		47.755	48.689	38.042	10.647	-	
Sul América Expertise FIA		5.136	448	98	350	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	3.262	3.262	-	-	
Vinci Selection Equities FIA		4.847	5.880	-	5.880	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		4.000	1.967	1.967	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.524	3.524	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	230	230	-	-	
Subtotal		91.405	93.588	56.470	28.161	8.957	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	2.311	8.584	8.584	-	-	01/07/2020
Subtotal		2.311	8.584	8.584	-	-	
Total da carteira própria		93.716	102.172	65.054	28.161	8.957	

Em 31 de dezembro de 2016	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
ALM BD FIF							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	1.167	8.559	9.831	9.831	-	-	2017 a 2022
Operações Compromissadas LTN-O	36.426	27.645	27.659	27.659	-	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	279	279	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber		-	(16)	(16)	-	-	
Subtotal		36.404	37.753	37.753	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Operações Compromissadas LTN-O	70	61	61	61	-	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	20.391	1	139	139	-	-	
Cotas de Fundos de Investimentos	1.049.745,76	-	2.793	2.793	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	(4)	(4)	-	-	
Subtotal		62	2.989	2.989	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	856	5.992	7.213	-	7.213	-	2020 a 2021
Operações Compromissadas LTN-O	5.869	5.104	5.106	-	5.106	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	653	1.704	1.909	-	1.909	-	2019 a 2022
Letras Financeiras	6	1.800	2.127	-	2.127	-	2017
Letras Financeiras Subordinadas	23	6.967	9.582	-	9.582	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	2.502.098,91	-	20.535	-	20.535	-	
Contas a Pagar/Receber		-	(14)	-	(14)	-	
Subtotal		21.567	46.458	-	46.458	-	
Noronha CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	2.596	21.069	21.912	-	21.912	-	2017 a 2018
Tesouro IPCA com juros semestrais	13.628	39.990	40.891	-	40.891	-	2017 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	1.995	5.922	5.925	-	5.925	-	2017
Títulos Privados							
Debêntures	35.849	5.094	6.194	-	6.194	-	2018 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	517	-	517	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.886.350	-	2.908	-	2.908	-	
Contas a Pagar/Receber		-	(19)	-	(19)	-	
Subtotal		72.375	78.328	-	78.328	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Institucional Federal		6.777	8.427	-	-	8.427	
Ennesa FIA		2.017	9.432	9.432	-	-	
Itaú RPI Ações		8.708	8.150	-	8.150	-	
Sul América Expertise FIA		5.136	3.524	773	2.751	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	2.499	2.499	-	-	
Vinci Selection Equities FIA		4.169	4.017	-	4.017	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		4.000	1.612	1.612	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.609	3.609	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	217	217	-	-	
Subtotal		40.593	41.487	18.142	14.918	8.427	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	2.311	9.410	9.410	-	-	01/07/2020
Subtotal		2.311	9.410	9.410	-	-	
Total da carteira própria		42.904	50.897	27.552	14.918	8.427	
Total dos títulos para negociação		173.312	216.425	68.294	139.704	8.427	

Os títulos para negociação estão valorizados a preços de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA;
- Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2017							
HSBC FI RF ALM BD	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/17 consolidado	Valor em 31/12/17 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Públicos							
Tesouro IPCA com juros semestrais	6.224	16.479	19.215	19.215	208	19.634	15/08/2018
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.181	9.314	12.807	12.807	469	13.627	15/08/2020
Tesouro IPCA com juros semestrais	1.371	4.188	4.248	4.248	72	4.416	15/05/2021
Tesouro IPCA com juros semestrais	10.899	31.708	34.169	34.169	987	35.619	15/08/2022
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.848	14.996	15.145	15.145	367	15.601	15/08/2023
Tesouro IPCA com juros semestrais	10.445	15.367	29.522	29.522	4.641	34.148	15/08/2024
Tesouro IPCA com juros semestrais	16.445	49.366	51.711	51.711	2.732	54.187	15/08/2026
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.758	76.014	96.216	96.216	11.228	105.023	15/08/2030
Tesouro IPCA com juros semestrais	39.107	59.407	106.351	106.351	26.866	128.244	15/05/2035
Tesouro IPCA com juros semestrais	7.604	17.921	24.498	24.498	2.352	25.484	15/08/2040
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.271	51.868	85.724	85.724	23.958	103.079	15/05/2045
Tesouro IPCA com juros semestrais	12.766	32.808	44.309	44.309	2.302	42.867	15/08/2050
Subtotal		379.436	523.915	523.915	76.182	581.929	
Total - Títulos Públicos		379.436	523.915	523.915	76.182	581.929	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Privados							
Instituições Financeiras							
Letras Financeiras Subordinada							
Banco do Brasil	12	3.600	5.793	5.793	-	5.793	2021
Banco Itaú S/A	3	967	1.643	1.643	-	1.643	2022
Banco Votorantim	2	600	980	980	-	980	31/05/2021
Companhias Abertas							
BNDESPAR Participações S.A.	660	698	953	953	-	953	15/05/2019
CEMIG Distribuição S.A.	1.267	1.274	1.425	1.425	-	1.425	2021-2025
CEMIG Geração e Distribuição S.A.	130	131	191	191	-	191	15/02/2019
Companhia Energética do Ceará - COELCE	39	394	191	191	-	191	15/10/2018
ECORODOVIAS	8	88	108	108	-	108	15/10/2019
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	13	130	173	173	-	173	12/09/2022
Estácio Participações	17	171	138	138	-	138	15/10/2019
SABESP	39	390	583	583	-	583	15/02/2019
SANEPAR	32	321	415	415	-	415	15/11/2020
Sonae Sierra Brasil	33	373	492	492	-	492	15/02/2019
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	507	511	636	636	-	636	15/10/2024
Total - Olinda Celpos BD FIM		9.648	13.721	13.721	-	12.821	
Total - Títulos mantidos a vencimento		389.085	537.636	537.636	76.182	595.904	

Em 31 de dezembro de 2016

HSBC FI RF ALM BD	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/16 consolidado	Valor em 31/12/16 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Públicos							
Tesouro IPCA com juros semestrais	8.799	25.056	26.166	26.166	123	26.179	15/05/2017
Tesouro IPCA com juros semestrais	8.822	23.337	26.425	26.425	616	26.684	15/08/2018
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.808	13.497	14.227	14.227	404	14.366	15/05/2019
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.181	9.314	12.415	12.415	612	12.672	15/08/2020
Tesouro IPCA com juros semestrais	3.865	9.889	11.640	11.640	583	11.705	15/08/2022
Tesouro IPCA com juros semestrais	9.610	12.664	25.782	25.782	5.011	29.241	15/08/2024
Tesouro IPCA com juros semestrais	13.580	40.064	41.193	41.193	2.851	41.325	15/08/2026
Tesouro IPCA com juros semestrais	29.258	67.808	85.532	85.532	11.269	90.846	15/08/2030
Tesouro IPCA com juros semestrais	39.107	59.407	103.182	103.182	26.970	120.027	15/05/2035
Tesouro IPCA com juros semestrais	7.604	17.921	23.870	23.870	2.178	24.014	15/08/2040
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.271	51.868	83.340	83.340	23.660	96.223	15/05/2045
Tesouro IPCA com juros semestrais	12.766	32.808	43.188	43.188	1.470	40.117	15/08/2050
Subtotal		363.633	496.960	496.960	75.749	533.399	
Tesouro Prefixado com juros semestral	14.933	14.405	14.999	14.999	-	14.772	01/01/2023
Subtotal		14.405	14.999	14.999	-	14.772	
Total - Títulos Públicos		378.038	511.959	511.959	75.749	548.171	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Privados							
Instituições Financeiras							
Letras Financeiras Subordinada							
Banco do Brasil	12	3.600	5.194	5.194	-	5.194	2021
Banco Itaú S/A	3	967	1.516	1.516	-	1.380	2022
Banco Votorantim	2	600	875	875	-	875	31/05/2021
Companhias Abertas							
BNDESPAR Participações S.A.	660	698	918	918	-	924	15/05/2019
CEMIG Distribuição S.A.	1.267	1.274	1.335	1.335	-	1.413	2021-2025
CEMIG Geração e Distribuição S.A.	130	131	180	180	-	179	15/02/2019
Companhia Energética do Ceará - COELCE	39	394	370	370	-	369	15/10/2018
ECORODOVIAS	8	88	103	103	-	104	15/10/2019
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	13	130	166	166	-	163	12/09/2022
Estácio Participações	17	171	175	175	-	172	15/10/2019
SABESP	39	390	558	558	-	558	15/02/2019
SANEPAR	32	321	402	402	-	398	15/11/2020
Sonae Sierra Brasil	33	373	471	471	-	470	15/02/2019
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	507	511	608	608	-	622	15/10/2024
Total - Olinda Celpos BD FIM		9.648	12.871	12.871	-	12.821	
Total - Títulos mantidos a vencimento		387.686	524.830	524.830	75.749	560.992	

(*) PU de Mercado divulgado pela ANBIMA.

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo ALM BD FI RF, sendo composto por títulos públicos (NTN-B e NTN-F) com vencimento entre 2018 a 2050.

De acordo com o estudo de ALM - *Asset Liability Management* realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a Administração da Entidade decidiu manter as aplicações em NTN-B e NTN-F em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 5,00% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Em consonância com as Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, de 19 de novembro de 2014 (incluindo a portaria PREVIC nº 186 de 2016), e seguindo os critérios estabelecidos na Instrução Normativa PREVIC nº 19/2015 (com a utilização da planilha exigida pela Portaria PREVIC nº 80 de 2018), no encerramento do exercício de 2017 o valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos a vencimento foi de R\$ 76.182 (75.749 em 2016).

c) Composição dos títulos por vencimento

Em 31 de dezembro de 2017	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos para negociação										
Ações	-	-	8.584	-	-	-	-	-	-	8.584
Fundos de Investimentos	69.193	-	780	71.173	23.384	66.870	8.957	-	-	240.357
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	19.406	518.228	-	-	-	-	-	-	537.635
Investimentos Imobiliários	51.499	-	-	-	-	-	-	-	-	51.499
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.624	-	-	5.675	-	-	-	19.299
Total títulos por vencimento	120.692	19.406	541.216	71.173	23.384	72.545	8.957	-	-	857.374

Em 31 de dezembro de 2016	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos para negociação										
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações	-	-	9.410	-	-	-	-	-	-	9.410
Fundos de Investimentos	50.180	-	8.704	49.781	3.713	86.210	8.427	-	-	207.015
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	26.166	498.664	-	-	-	-	-	-	524.830
Investimentos Imobiliários	53.267	-	-	-	-	-	-	-	-	53.267
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.686	-	-	4.142	-	-	-	17.828
Total títulos por vencimento	103.447	26.166	530.464	49.781	3.713	90.352	8.427	-	-	812.350

Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em fundos de investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2017	2016
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Tesouro SELIC	260	9.831
Operações compromissadas LTN-O	10.999	27.659
	11.259	37.490
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	301	279
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	(15)	(16)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro IPCA com juros semestrais	523.914	496.960
Tesouro Prefixado com juros semestrais	-	14.999
	523.914	511.959
	535.459	549.712

	2017	2016
Olinda Celpos BD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Operações Compromissadas LTN-O	61	61
	<u>61</u>	<u>61</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias abertas		
Vale S/A	219	139
	<u>219</u>	<u>139</u>
Títulos mantidos até o vencimento		
Créditos privados e depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinada		
Banco do Brasil	5.793	5.194
Banco Itaú S/A	1.643	1.516
Banco Votorantim	980	875
Companhias Abertas		
BNDESPAR Participações S.A.	953	918
CEMIG Distribuição S/A	1.425	1.335
CEMIG Geração e Distribuição S/A	191	180
Companhia Energética do Ceará - COELCE	191	370
Ecorodovias	108	103
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	173	166
Estácio Participações	138	175
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	583	558
SANEPAR	415	402
Sonae Sierra Brasil	492	471
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	636	608
	<u>13.721</u>	<u>12.871</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cotas Fundos de Investimentos		
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	13	33
SulAmerica High Yield CP	-	1.290
Votorantim Atuarial FIM CP	1.665	1.470
	<u>1.678</u>	<u>2.793</u>
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	-	(4)
	<u>15.679</u>	<u>15.860</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gravatá Celpos CD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	7.946	7.213
Operações Compromissadas LTN-O	9.729	5.106
	<u>17.675</u>	<u>12.319</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras		
Banco Itaú S/A	-	2.127
Portoseg S/A	301	-
Letras Financeiras Subordinada		
Bradesco	2.913	2.494
Banco do Brasil	5.994	5.198
Banco Itaú S/A	1.100	1.015
Banco Votorantim	1.002	875
Companhias Abertas		
BNDESPAR Participações S.A.	406	377
CEMIG Distribuição S/A	345	318
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	270	-
Companhia de Saneamento do Paraná	465	368
Companhia Concessões Rodoviárias	1.110	-
Diagnósticos da América S.A. - Dasa	319	-
Estácio Participações	147	185
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	189	180
NFC Participações	489	481
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	641	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	316	-
	<u>16.007</u>	<u>13.618</u>
Cotas Fundos de Investimentos		
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	15	35
Itaú Institucional Alocação Dinâmica	1.727	1.530
Modal Multimercado Institucional FIF	-	1.762
Plural Inst. 15 FIC	-	1.413
Quest Yield FIC FIRF	334	299
Santander IMA-B 5 FIC RF	5.843	4.443
SulAmerica RF Ativo FI LP	2.206	1.084
SulAmerica High Yield CP	-	1.290
Sul America Ind FIRF	5.245	4.098
SulAmérica Inflatie FIRFL	9.557	4.581
	<u>24.927</u>	<u>20.535</u>
Derivativos - Opções de Futuro	(16)	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	4	(14)
	<u>58.597</u>	<u>46.458</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Noronha CD FIM		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	30.151	21.912
Tesouro IPCA com juros semestrais	29.021	40.891
Operações Compromissadas NTN-O	5.013	5.925
	<u>64.185</u>	<u>68.728</u>
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	564	517
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	916	850
CEMIG Distribuição S/A	2.087	1.874
CEMIG Geração e Transmissão S/A	905	843
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	931	873
Companhia Energética do Ceará - COELCE	308	579
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	1.074	957
Vale S/A	343	218
	<u>7.128</u>	<u>6.711</u>
Cotas Fundos de Investimentos		
Votorantim Atuarial FIM CP	3.295	2.908
Derivativos - Opções de Futuro	50	-
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	11	(19)
	<u>74.669</u>	<u>78.328</u>

Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	2.392	2.587
Edificações	4.776	5.158
(-) Depreciação	(1.683)	(1.592)
Aluguéis a receber	28	14
Reavaliação	10.010	10.924
Imobilizações em andamento	21	21
Rendas de participações	34.628	36.103
	<u>50.172</u>	<u>53.215</u>
Outros investimentos imobiliários	1.326	52
	<u>51.498</u>	<u>53.267</u>

Os ativos imobiliários pertencem à carteira do Plano BD e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, sendo classificados em uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, participações em shopping e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada nas reavaliações efetuadas nos exercícios de 2016 e 2017, suportada por laudos técnicos assinados pela empresa Caldas e Acosta Engenheiros Associados Ltda e CGC Construtora Gouveia Cavalcanti LTDA. para os imóveis classificados em uso próprio, locados a patrocinadores e locados a terceiros. Os empreendimentos Shopping Center Tacaruna e Shopping Guararapes foram reavaliados pela Consult Engenharia de Avaliações Ltda..

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R\$ 14 em 2017 (R\$ 14 em 2016), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em Aliações de Investimentos Imobiliários.

Empréstimos a participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2017	2016
Empréstimos a participantes		
Plano BD	13.624	13.686
Plano Celpos CD	5.675	4.142
	19.299	17.828

Os empréstimos a participantes são remunerados *pro rata temporis* pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a.m.

Perfil de investimento

O Plano CD é distribuído em cinco perfis de investimento com a seguinte composição dos recursos em 31 de dezembro de 2017:

Perfil	Qtde. de participantes	Volume de recursos	Rentabilidade a.a (%)
Super conservador	1.737	93.327	13,02
Conservador	113	19.779	14,07
Moderado	149	20.308	15,14
Agressivo	76	9.335	16,44
Super agressivo	103	14.277	17,17
	2.178	157.026	75,84

10. Imobilizado (gestão administrativa)

	2017	2016
Custo	693	665
(-) Depreciação	(443)	(419)
	250	246

11. Gestão assistencial

	2017	2016
Disponível – conta corrente	88	88
Realizável – depósito judicial	170	185
	258	273

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais dos participantes do extinto CELPOS SAÚDE, ainda em trâmite.

12. Exigível operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim demonstrados:

Gestão previdencial

	2017	2016
Benefícios a pagar	97	232
Retenções a recolher	669	797
Recursos antecipados	-	2
Créditos identificados	1	3
Valores a pagar transferidos	59	3
Cobertura das despesas administrativas	500	404
	1.326	1.441

Gestão administrativa

	2017	2016
Contas a pagar		
Pessoal	383	248
Material	24	30
Serviço de terceiros	204	122
Tributos	37	31
Retenções a recolher	78	74
Valores a pagar transferidos	2	-
Repasses	5	5
	733	510

Investimentos

	2017	2016
Ações	-	1
Investimentos imobiliários	215	15
Empréstimos e financiamentos	19	12
Outras exigibilidades	230	154
	464	183

13. Exigível contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A classificação utilizada pela Entidade leva em consideração a decisão proferida no juízo de primeiro grau, sendo no primeiro momento todas as demandas classificadas como possíveis e, após a prolação da sentença, convertidas em remotas, em caso de sentença favorável à Fundação, e provável, em caso de sentença desfavorável à Fundação. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2017 no Plano BD de R\$ 3.473 (R\$ 3.842 em 2016) segregado da seguinte forma:

Gestão Previdencial - Plano BD

	2017	2016
Abonos (a)	1.951	1.976
Expurgos (b)	282	647
Revisão de benefício (c)	619	607
Dano moral	16	16
Plano 01 (d)	46	45
Bradesco saúde (e)	23	23
Pensão por morte (f)	537	528
	3.474	3.842

- (a) Processos de abonos: referem-se aos requerimentos dos autores (aposentados) sobre o pagamento de parcelas de abonos/abonos de emergência pagos pela Patrocinadora CELPE aos funcionários da ativa, por acordo coletivo, de modo a garantir a paridade no reajuste das suplementações.
- (b) Processos de expurgos: ação cujo objeto é obter as perdas decorrentes dos planos econômicos e/ou pacotes econômicos lançados pelo Governo, em sua grande parte, a ação é ajuizada por ex- participantes, que à época dos planos econômicos eram participantes e que posteriormente resgataram suas respectivas reservas de poupança.
- (c) Revisão de benefícios: ações dos participantes que reclamam o cálculo do benefício e pedem, judicialmente, revisão do mesmo.
- (d) Plano 01: demanda judicial interposta por participantes da CELPOS que ingressaram no momento da fundação da Entidade, sendo vigente à época o Regulamento 01 do Plano de Benefícios Definidos, mas que no momento da aposentadoria tiveram seus benefícios calculados com base no Regulamento vigente no período da implementação de todas as condições para aposentadoria.
- (e) Bradesco Saúde: trata-se de pleito judicial, onde é requerida indenização por danos morais decorrentes do cancelamento da consignação em folha dos pagamentos do plano de saúde Bradesco, bem como de reajustes, considerados abusivos, ocorridos no plano. Vale salientar que a CELPOS não é parte integrante do contrato do Plano da Saúde Bradesco, sendo há época mero consignatário, fato este que deixou de existir.
- (f) Pensão por Morte: Demanda onde os familiares não inscritos na qualidade de beneficiário/dependente de participantes falecidos ingressam requerendo a concessão do benefício de pensão por morte perante a Fundação.

A CELPOS possui ainda, em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 10.735 (R\$ 9.624 em 2016), relativo a processos de natureza cível e trabalhista, classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações contábeis.

14. Patrimônio de cobertura do plano

Para fins de atendimento da Resolução CGPC Nº 18 de 28 de março de 2006, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2016, foi apresentada através do relatório atuarial JM/1196/2016 datado de 10 de outubro de 2016, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 21 de outubro de 2016 através da ata CD nº 004/2016 ORD e em 20 de fevereiro de 2017 através da ata CD nº 002/2017 EXT. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2017 e 2016:

Plano BD

	2017	2016
Taxa real anual de juros	5,00%	5,00%
Projeção de crescimento real de salário	1%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83	$q_x^i = q_x$ da AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Ligth-média	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

Celpos CD

	2017	2016
Taxa real anual de juros	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-83	qx da AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light-fraca	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos planos e o déficit técnico acumulado do Plano BD estão demonstrados como segue:

Consolidado

	2017	2016
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	29.022	25.586
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	791.777	780.169
	820.799	805.755
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	127.245	108.096
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	59.653	63.014
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	3.069	4.187
	189.967	175.297
Equilíbrio técnico	(76.083)	(74.493)
Patrimônio de cobertura do plano	934.683	906.559

Plano BD

	2017	2016
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	791.777	780.169
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	59.653	63.014
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	3.069	4.187
	62.722	67.201
Equilíbrio técnico	(76.083)	(74.493)
Patrimônio de cobertura do plano	778.416	772.877

Durante o exercício de 2017, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 9,03% (14,09% em 2016) contra uma expectativa atuarial de rentabilidade de 7,08% o que, em termos reais, representou obter mais 6,91%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, com um mês de defasagem na sua aplicação.

Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram. Em 04 de fevereiro de 2015, foi publicada pela PREVIC a instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

O ajuste de precificação tratado na referida instrução o valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, conforme no quadro da demonstração do ativo líquido do plano BD.

Equacionamento do déficit

A situação atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, na qual já contemplou a atualização das hipóteses atuariais de crescimento real de salário e de composição média da família de dependentes, bem como já considerou a revisão dos percentuais de aumento nas contribuições normais paritárias do plano de custeio em função da utilização do regime financeiro de capitalização na versão agregado, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 375/2017 de 27/04/2017), apresentou um Déficit Técnico, em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 76.083 (R\$ 74.493 em 2016). No entanto, aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos no valor de R\$ 76.182 (R\$ 75.749 em 2016), previsto nas referidas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, a efetiva situação atuarial do Plano passou a apresentar um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 99 (R\$ 1.256 em 2016).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Benefícios concedidos Contribuição definida	29.022	25.586
Benefícios a conceder Contribuição definida	127.245	108.096
Patrimônio de cobertura do plano	156.267	133.682

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de superávit técnico acumulado ou déficit técnico acumulado.

15. Fundos

a) Fundos Previdenciais

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serviço Técnico em Atuária e Economia Ltda.. Esse fundo é composto do fundo patronal não comprometido somado à rubrica fundo coletivo de benefício de risco que compõem o item "Outros (fundos)", previstos na Nota Técnica Atuarial JM/2752/2011, de 27 de setembro de 2011, em decorrência da Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 8 de setembro de 2011. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 9.895 (R\$ 9.362 em 2016) distribuído da seguinte forma:

I. Fundo patronal não comprometido – R\$ 38 (R\$ 605 em 2016)

Esse fundo guarda relação com a perda da condição de participante do Plano "Misto I de benefícios da Celpos", deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de alocação na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder Subconta Patrocinador. Como o fundo patronal não comprometido do Plano Misto I de Benefícios representa recursos que deixaram de estar comprometidos com a cobertura atuarial dos benefícios futuros, conforme Nota Técnica Atuarial JM/2195/2017, de 17 de novembro de 2017, e aprovação do Conselho Deliberativo, conforme ata nº 012/2017, de 29 de novembro de 2017, foi realizada a destinação do fundo em forma de compensação das contribuições patronais (contribuição normal e contribuição sobre o custeio administrativo) da patrocinadora CELPE no montante de R\$ 763.

II. Fundo Coletivo de Benefício de Risco R\$ 9.857 (R\$ 8.757 em 2016)

Esse fundo deve prover recursos para pagamento dos benefícios de risco (pecúlio por morte em atividade e pecúlio por entrada em invalidez), que excedam ao valor das contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco. Com o objetivo de ajustar o volume de recursos do fundo coletivo de benefício de risco do Plano Misto I de Benefícios à real necessidade do plano, conforme Notas Técnicas Atuariais JM/1480/2016, de 13 de dezembro de 2016, e com base no parecer jurídico da consultoria Abreu Barbosa Viveiros Advogados concordando com a posição do atuário, aprovado no Conselho Deliberativo da CELPOS, conforme ata da reunião ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2015, a CELPOS passou a destinar o excedente ao fundo coletivo de benefício de risco para deduzir contribuições mensais destinadas ao custeio dos benefícios de risco desse Plano Misto I da Patrocinadora Celpe, até o limite de suspender tais contribuições a fim de deduzir ou eliminar o excedente verificado. O total compensado em 2017 foi o montante de R\$ 1.435 (R\$ 1.234 em 2016).

a) Fundos Administrativos

O fundo da gestão administrativa (fundo administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de Administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 9.725 (R\$ 9.207 em 2016) distribuído da seguinte forma:

Fundos administrativos	2017	2016
Benefício definido	3.019	3.019
Contribuição definida	6.706	6.188
	9.725	9.207

b) Fundos dos Investimentos

O fundo dos investimentos, denominado reserva de quitação por morte - RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.648 (R\$ 9.001 em 2016) distribuído da seguinte forma:

Fundo dos investimentos	2017	2016
Benefício definido	8.336	7.196
Contribuição definida	2.312	1.805
	10.648	9.001

16. Apresentação dos efeitos de consolidação

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no plano de gestão administrativa", no ativo, e "Participação no fundo administrativo do PGA", no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada plano de benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo plano de benefícios previdenciários em contas do ativo e passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

A seguir, demonstram-se o detalhamento dos ajustes e as eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis no exercício de 2017:

Grupo de contas	Consolidado antes das eliminações		Eliminações do Consolidado	Consolidado após eliminações
	Planos BD e CD	Plano PGA		
Disponível	419	195	-	613
Realizável	969.796	9.880	(9.725)	969.951
Gestão previdencial	111.655	-	-	111.655
Gestão administrativa	9.725	923	(9.725)	923
Investimentos	848.416	8.957	-	857.373
Ações	8.584	-	-	8.584
Fundos de investimento	769.035	8.957	-	777.992
Investimentos imobiliários	51.498	-	-	51.498
Empréstimos a participantes	19.299	-	-	19.299
Permanente	-	383	-	383
Imobilizado	-	250	-	250
Intangível	-	133	-	133
Gestão assistencial	258	-	-	258
Total do ativo	970.473	10.458	(9.725)	971.206
Exigível operacional	1.790	733	-	2.523
Gestão previdencial	1.326	-	-	1.326
Gestão administrativa	-	733	-	733
Investimentos	464	-	-	464
Exigível contingencial	3.474	-	-	3.474
Gestão previdencial	3.474	-	-	3.474
Patrimônio social	964.951	9.725	(9.725)	964.951
Patrimônio de cobertura do plano	934.683	-	-	934.683
Provisões matemáticas	1.010.766	-	-	1.010.766
Benefícios concedidos	820.799	-	-	820.799
Benefícios a conceder	189.967	-	-	189.967
Equilíbrio técnico	(76.083)	-	-	(76.083)
(-) Déficit técnico acumulado	(76.083)	-	-	(76.083)
Fundos	30.268	9.725	(9.725)	30.268
Fundos previdenciais	9.895	-	-	9.895
Fundos administrativos	9.725	9.725	(9.725)	9.725
Fundos dos investimentos	10.648	-	-	10.648
Gestão assistencial	258	-	-	258
Total do passivo	970.473	10.458	(9.725)	971.206

17. Contingência ativa - Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND

Em atenção a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi determinado conforme ofício 4635/2011/ CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 que as EFPC não efetuem o registro contábil até que haja manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal.

18. Eventos subsequentes

Reversão de fundos - em 2018 a CELPOS realizará a reversão do saldo do excedente do Fundo Coletivo de Benefício de Risco, no valor de R\$ 7.711, dos quais R\$ 7.462 corresponde ao saldo excedente da Celpe, R\$ 62 da CELPOS e R\$ 187 correspondente ao saldo excedente dos autopatrocinados. Essa reversão se dará através de compensação com os valores de contribuições mensais devidas ao Plano CD, repassados pelos respectivos patrocinadores e autopatrocinados à CELPOS. Os valores foram apurados com base em nota técnica e parecer atuarial JM 2153/2017, emitidos pelo atuário José Roberto Montello.

Sérgio Fernandes de Magalhães Filho
Presidente
CPF N° 509.318.577-91

Marcílio Quintino Correia da Silva
Diretor Administrativo Financeiro
CPF N° 669.950.434-72

Jeniffer de Melo Borges
Contadora - CRC-PE025706/0
CPF N° 065.796.794-76



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 26 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6

Henrique Piereck de Sá
Contador CRC-PE023398/O-3



**PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2017, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Desta feita, considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2017 bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios) e Demonstrac o das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com o parecer do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviç s Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 20 de fevereiro de 2018, JM/0324/2018 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 26 de març  de 2018, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundac o, naquela data, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme dispõe o inciso X, do art. 20 do Estatuto Social.”

Recife, 26 de març  de 2018.

Pablo Emerson Machado A. de Andrade
Presidente

Felipe José Gonç lves Gameiro
Membro Titular

Josenildo Rodrigues de França e Silva
Membro Titular

The image features a background of a desk with a bowl of bread and stacks of papers. A white rectangular box with a blue border is centered on the page, containing the title text. The overall design is modern with blue and teal geometric shapes at the top and bottom.

MANIFESTO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Manifesto do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 26 de março de 2018, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, apresentadas pela Diretoria Executiva, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. (JM/0324/2018), datado de 20 de fevereiro de 2018 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 26 de março de 2018, o qual opinou no sentido de que “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC”, e do Conselho Fiscal, datado de 26 de março de 2018, este conclusivo em seu parecer no sentido de que “ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme dispõe o inciso X, do art. 20 do Estatuto Social.”, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 26 de março de 2018.

Fabíola Maria da Cruz de Almeida
Presidente do Conselho Deliberativo

Edmilson Freires Galindo
Membro Titular

Gerivaldo Rodrigues da Silva Jr.
Membro Titular

Cristiane Keila Braga da Silva
Membro Suplente

Linaldo Leite Ferreira
Membro Titular

Francisco Ramos Freire de Andrade
Membro Titular

Antiógenes José Freitas Cordeiro
Membro Titular

Luiz Franklin de Lacerda Filho
Membro Titular

A person in a blue shirt is working at a desk. They are using a calculator and have papers with sticky notes in front of them. The background is a blurred office setting with warm lighting. The image is framed by blue and green abstract shapes.

PARECERES ATUARIAIS

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS (BD) DA CELPOS

V - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no Custo Total Puro ("Puro" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) de 24,00% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (considerando que a contribuição normal de 13,03% dos participantes aposentados é destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme a abertura apresentada a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias *1	21,52%	20,10%
Invalidez	0,84%	1,44%
Pensão por Morte	2,34%	2,26%
Auxílio-Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	0,20%	0,20%
SUB-TOTAL (1)	24,90%	24,00%
Suplementar	-	-
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	24,90%	24,00%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

OBS.: Na Avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes não assistidos é de 52 anos.

- 2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura ao Custo Total Puro ("Puro" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) 24,00% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos descrita a seguir, correspondem às que estão em vigor no encerramento do exercício de 2017 no Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Referência	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	12,45%	12,00%
Contribuição Normal da Patrocinadora	12,45%	12,00%
Sub-Total	24,90%	24,00%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	24,90%	24,00%
Contribuições Normais dos Assistidos	13,69%	13,03%

(*1) "Puras" significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

- 3) A Contribuição Normal Vigente, apresentada no numeral 2 anterior, de 24,00% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2017, de 24,00% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2017.
- 4) Além das receitas contributivas realizadas pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, bem como a receita proveniente da parcela do retorno dos investimentos, todas destinadas à cobertura do custeio administrativo, existe a seguinte outra fonte para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA).
 - Em caso de necessidade, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2016 para o final do ano 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Provisão de Benefícios Concedidos	780.168.989,87	791.776.367,40	1,49%
Provisão de Benefícios a Conceder	67.200.971,80	62.722.358,03	(6,66%)
Provisão Matemática a Constituir	-	-	0,00%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	847.369.961,67	854.498.725,43	0,84%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Em relação à situação atuarial, em 31/12/2017, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, na qual contemplou a atualização da função logarítmica utilizada na projeção do Crescimento Real de Salário, a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), bem como a revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC nº 375 de 27/04/2017), apresentou um Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil, em 31/12/2017, no valor de R\$ (76.082.590,87). No entanto, aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos no valor de R\$ 76.182.385,69, previsto nas referidas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, a efetiva situação atuarial do Plano passou a apresentar um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 99.794,82.
- 2) Na posição de encerramento do exercício de 2017, a atualização da função logarítmica utilizada na projeção do Crescimento Real de Salário, mais a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), comparativamente a estas hipóteses utilizadas da Demonstração Atuarial do exercício de 2016, representou numa redução nas Provisões Matemáticas de R\$ 19.348,58.
- 3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
 - i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina), a mesma utilizada na "D.A." de 31/12/2016.
 - ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 ((masculina), a mesma utilizada na "D.A." de 31/12/2016.

- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA), em substituição a LIGHT(FRACA) utilizada na "D.A." de 31/12/2016.
 - iv) Rotatividade: Considerada Nula.
 - v) Taxa real de juros/desconto: 5,00% ao ano, a mesma utilizada na "D.A." de 31/12/2016.
 - vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: 1,00% ao ano, com atualização da função logarítmica utilizada na "D.A." de 31/12/2016.
 - vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
 - viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a Experiência Regional de Composição de Família correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, atualizada em 2015.
 - ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- 4) Conforme referido no numeral 1 deste item V.3, na Avaliação Atuarial de 31/12/2017 houve a devida revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado, visando a que, no encerramento do exercício de 2017, o Plano apresentasse um Equilíbrio Técnico Ajustado ligeiramente positivo, ou seja, de R\$ 99.794,82.

Portanto, na tabela abaixo, apresentamos os novos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2018, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Abril 2017 a Março 2018	+229,92%
Abril 2018 a Março 2019	+264,67%
Abril 2019 em diante	+336,95%

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais "Puros" (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, "P%", será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]}{1 + \left[\left(\frac{1}{0,85} - 1 \right) \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right]} \cdot 100\%$$

NOTA: A Tabela de Contribuição Normal "Pura" Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição "Pura" incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1 (*3)	Parcela 2 (*4)	Parcela 3 (*5)	Parcela 4 (*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

- (*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.
- (*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.
- (*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
- (*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
- (*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.
- (*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

OBS.: Os Percentuais de Contribuição Normal "Pura" Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

- 5) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2017, foi de 9,03% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 7,08% o que, em termos reais, representou obter mais 6,91%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.
- 6) Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC Nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados "até o vencimento" pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.
- 7) Se registrava, em 31/12/2017, um saldo devedor de R\$ 106.407.091,27 do patrocinador para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 72 meses a contar de janeiro de 2018 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.
- 8) Os principais Riscos Atuariais do Plano BD da CELPOS estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da CELPOS, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de manter o acompanhamento da hipótese relativa ao retorno dos investimentos.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Equilíbrio Técnico Ajustado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes

necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2016.	R\$ (74.493.127,85)
Atualização do Equilíbrio Técnico Contábil de 31/12/2016 para 31/12/2017 pela meta atuarial	R\$ (4.264.084,64)
Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta de Rentabilidade Líquida do ano de 2017, que corresponde à diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2017 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, do ano de 2016, evoluído para o final de 2017 considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2017 (*1)	R\$ 14.529.744,45
Impacto referente a revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado	R\$ (14.460.305,92)
Impacto referente a atualização da projeção de Crescimento Real de Salário para 1,00% ao ano	R\$ 328.642,84
Impacto referente a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA)	R\$ (309.294,26)
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*2)	R\$ 2.585.834,51
Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2016. (*3)	R\$ (76.082.590,87)

(*1) R\$ 778.416.134,56 - R\$ 763.886.390,11 = R\$ 14.529.744,45.

(*2) Equivalente a 0,30% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 854.498.725,43 (posição de 31/12/2017).

NOTA: Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria e rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano.

(*3) O Resultado Contábil, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ (76.082.590,87). Com a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos no valor de R\$ 76.182.385,69, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 375 de 27/04/2017), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31 de dezembro de 2017, fica ligeiramente superavitária em R\$ 99.794,82.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Equilíbrio Técnico registrado contabilmente do Plano de Benefício Definido vigente na CELPOS, em 31/12/2017, de R\$ (76.082.590,87) é de natureza transitória, já que, levando em consideração que, aplicando o ajuste na Precificação dos Ativos, em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 375 de 27/04/2017), a Situação Atuarial desse Plano, considerando a Precificação dos Ativos (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2017, em realidade, é atuarialmente equilibrada em R\$ 99.794,82. Nesse contexto, não existe, ao final de 2017, qualquer parcela do Equilíbrio Técnico Contábil de R\$ (76.082.590,87) pendente de cobertura no Plano de Custeio vigente.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente de Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS DA CELPOS

V - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no custo total de 10,40%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	8,06%	7,96%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ (*1)	1,10%	1,09%
SUB-TOTAL (1)	9,16%	9,05%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*1)	1,39%	1,35%
SUB-TOTAL (2)	1,39%	1,35%
TOTAL (1)+(2)	10,55%	10,40%

*1: Custos calculados considerando que todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2017, a idade média dos participantes não assistidos é de 36 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 10,40% será custeado, no exercício de 2018, pelas contribuições apresentadas no numeral 4 do item V.3., em conformidade com o Regulamento do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, de responsabilidade dos participantes e do Patrocinador, na forma apresentada a seguir:

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	4,03%	3,97%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*2)	6,52%	6,43%
Sub-Total	10,55%	10,40%
Contribuição Suplementar	- %	- %
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	10,55%	10,40%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	- %	- %
Pensionistas Assistidos	- %	- %

*1: Considerando como se todos os participantes não assistidos estejam contribuindo com os percentuais máximos de 2%/9% a título de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório).

*2: Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, ao custeio dos Benefícios de Risco e ao Custeio Paritário dos Benefícios Programados.

NOTA: No numeral 4 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que estará em vigor em 2017.

- 3) Além das receitas contributivas realizadas pelo Patrocinador pelos Assistidos e pelos Participantes enquadrados em Benefício Proporcional Diferido (BPD) para cobertura do custeio administrativo, existem as seguintes outras fontes para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA):

- Se necessário, parcela do retorno dos investimentos; e
- Se necessário, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2016 para o final do ano 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2016	31/12/2017	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 25.585.950,48	R\$ 29.022.164,51	13,43%
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 108.095.778,07 (*1)	R\$ 127.244.688,48 (*1)	17,71%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	- %
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 133.681.728,55	R\$ 156.266.852,99	16,89%

*1: Em 31/12/2010, se excluiu da Provisão de Benefícios a Conceder o valor de R\$ 1.902.668,26 correspondente à Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder, já que, desde o Plano de Contas vigente em 31/12/2011, esse valor passou a ser registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco a Conceder (fora do âmbito das Provisões Matemáticas).

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os " q_x da Tábua de Mortalidade Geral AT-83 (masculina)", que se mostra suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2017, alcançou o valor de R\$ 9.856.842,62 comparativamente aos R\$ 8.757.380,18, registrados em 31/12/2016. Adicionalmente, informamos que tão logo se tenha experiência de sinistros suficientes de, no mínimo 5 anos, trabalharemos com a Teoria Coletiva do Risco pelo regime financeiro de repartição simples.
- 3) Em se tratando do Benefício de Risco por Entrada em Invalidez Total e Permanente, o custo do mesmo foi avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os " i_x da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FRACA)", que se mostra suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 8.757.380,18, registrado em 31/12/2016, para R\$ 9.856.842,62 registrado em 31/12/2017. Adicionalmente, informamos que tão logo se tenha experiência de sinistros suficientes de, no mínimo 5 anos, trabalharemos com a Teoria Coletiva do Risco pelo regime financeiro de repartição simples.
- 4) O saldo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 9.856.842,62 em 31/12/2017 supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo desse Fundo (ou seja, ao valor de R\$ 2.667.156,64), calculado em conformidade com o item 12.3 da Nota Técnica Atuarial do Plano (que corresponde à apresentada através do JM/1480/2016 já que a mesma, desde então, não sofreu alteração), considerando não ter sido implantada qualquer terceirização da cobertura dos benefícios de risco, objetivando mitigar tais riscos, na forma da proposta de terceirização desses riscos apresentada à nossa Consultoria Atuarial.

Deve-se destacar que, através do JM/2153/2017, de 10/11/2017, nossa Consultoria Atuarial, considerando a não implantação da terceirização da cobertura dos benefícios de risco do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo em vista solicitação da Patrocinadora CELPE no sentido de que a parcela, correspondente a esse Patrocinador, do excedente ao valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco apurado no encerramento do exercício de 2017, fosse por ele utilizado para abater as contribuições mensais por ele devidas a esse Plano, apresentou Nota Técnica Atuarial indicando existir viabilidade para essa utilização.

A projeção feita na referida Nota Técnica Atuarial enviada pelo JM/2153/2017 de 10/11/2017 foi a de que, ao final de 2017, o valor total do excedente em questão fosse de R\$ 7.711.609,37 e, assim, se teria o correspondente a 96,768195% de R\$ 7.711.609,37 = R\$ 7.462.385,20 referente a parcela atribuível a Patrocinadora CELPE, e o correspondente a 0,800895% de R\$ 7.711.609,37 = R\$ 61.761,89 referente a parcela atribuível a Patrocinadora CELPOS, apuradas na referida Nota Técnica, para ser utilizado pelas Patrocinadoras para abater contribuições ao Plano. Já em relação aos Autopatrocínados, no referido JM/2153/2017, consta que a projeção da parcela, passível de ser revertida, foi de 2,430910% de R\$ 7.711.609,37 = R\$ 187.462,28.

Como, em realidade, em 31/12/2017, o valor total desse excedente foi de R\$ 7.189.685,98, a parcela atribuível tanto para a Patrocinadora CELPE, quanto para a Patrocinadora CELPOS, passível de utilização para abater contribuições mensais do Plano, ficou respectivamente em 96,768195% de R\$ 7.189.685,98 = R\$ 6.957.329,35 (CELPE) e 0,800895% de R\$ 7.189.685,98 = R\$ 57.581,84 (CELPOS), bem como que, para os Autopatrocínados, o valor máximo possível de ser revertido ficou em 2,430910% de R\$ 7.189.685,98 = R\$ 174.774,80.

Portanto, preservado o valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefício de Risco existente ao final de 2017 (R\$ 2.667.156,64), devidamente rentabilizado desde então pela rentabilidade auferida por esse Fundo, o valor, passível de utilização tanto pela Patrocinadora CELPE, quanto pela Patrocinadora CELPOS e Autopatrocínados para abater contribuições mensais devidas ao Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, em 31/12/2017, é de respectivamente R\$ 6.957.329,35 (CELPE), R\$ 57.581,84 (CELPOS) e 174.774,80 (Autopatrocínados).

5) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que vigorará em 2018, é o seguinte:

a) **Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo:**

De caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de 2% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 10 (dez) Unidades de Referência da CELPOS (UR) (*1); e
- R% de 9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 10 Unidades de Referência da CELPOS (UR) (*1), sendo R% um percentual definido no §3º do Art. 37 do Regulamento do Plano.

(*1): UR é a Unidade Referência CELPOS, cujo valor é igual a R\$ 413,77 (a preços de outubro de 2017).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

b) **Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo:** corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

c) **Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados:** corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

d) **Contribuição Mensal para Benefícios de Risco do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a 27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e a 0,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

- e) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a 34,00% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).
 - f) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Assistidos:** 0,50% do valor da renda de pagamento continuado recebida do Plano.
 - g) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Participantes enquadrados no Benefício Proporcional Diferido (BPD):** na forma de percentual de 0,085% do valor, existente a cada mês, no respectivo Saldo de Contas (Parcela Participante e Parcela Patrocinador).
- 6) A rentabilidade repassada às contas desse Plano se dá com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo sido, tal variação, em 2017, de 13,64%.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

- 1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2017, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Entrada em Invalidez Total e Permanente, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório Anual de Informações / Celpos 2017

Administração e Fiscalização

Patrocinadores

Companhia Energética de Pernambuco
Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

Conselho Deliberativo

Titulares

Fabiola Maria da Cruz Almeida
Edmilson Freires Galindo
Gerivaldo Rodrigues da Silva Júnior
Aldo Moreira Formiga
Antígenes José Freitas Cordeiro
Francisco Ramos Freire de Andrade
Luiz Franklin de Lacerda Filho
Linaldo Leite Ferreira

Suplentes

Albérico Antônio Pires da Silva Júnior
Roberto Boquetti Júnior
Luiz do Rêgo Bezerra
Cristiane Keila Braga da Silva
Paulo Emílio Tavares Pessoa de Melo
Rogério José Fragoso de Sousa
Elton Barbosa da Silva
Jorge Luiz Moreira Coelho

Conselho Fiscal

Titulares

Pablo Emerson Machado A. de Andrade
Felipe José Gonçalves Gameiro
Josenildo Rodrigues de França e Silva

Suplentes

Alessandro Henrique de Oliveira Cabral
André Gustavo de Albuquerque Vianna
Wilson de Lima Ferreira

Diretoria

Sérgio Fernandes de Magalhães Filho – Presidente
Marcílio Quintino Correia da Silva – Diretor Administrativo Financeiro
Pompeu Henrique Cavalcanti Neto – Diretor de Benefícios

Contadora

Jeniffer de Melo Borges

Ficha Técnica

Fundação Celpe de Seguridade Social – Celpos
Setor responsável: Assessoria de Comunicação – ASCOM
Coordenação: Raket Azevedo
Produção: Caroline Araújo